

# Terras indígenas Conflito no Mato Grosso do Sul recrudescce e resulta em mais um índio da etnia terena baleado

## Força Nacional chega hoje a Sidrolândia

Bruno Peres e Yvna Sousa  
De Brasília

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, ainda discursava na tarde de ontem para um grupo de 140 índios no Palácio do Planalto quando o indígena da etnia terena Joziel Gabriel Alves, de 34 anos, foi baleado nas costas, durante manifestação na Fazenda São Sebastião, em Sidrolândia (MS). Segundo informações locais, houve briga entre os índios e funcionários da fazenda. Até a noite de ontem, ele estava na Santa Casa de Campo Grande, em estado grave, com o projétil alojado na coluna vertebral.

O recrudescimento dos conflitos na região de Sidrolândia fez o Palácio do Planalto anunciar o envio de

110 homens da Força Nacional de Segurança, segundo anunciou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O pedido para envio da Força foi feito ontem pelo governador André Puccinelli (PMDB). Os agentes devem chegar ao Estado ainda hoje. Cardozo disse que a Polícia Federal vai discutir com a Secretaria de Segurança Pública do Mato Grosso do Sul a possibilidade de aumentar o efetivo no Estado.

O ministro explicou que a Força Nacional pode ser requisitada para auxiliar na reintegração de posse da Fazenda Buriú, mas tal determinação precisa ser feita pela Justiça. Na semana passada, um índio terena foi morto no local durante ação da PF para a retirada dos indígenas da propriedade. “Nós temos que aguardar a determinação ju-

dicial. Aquilo que for determinado pelo juiz de direito será cumprido”, declarou Cardozo. Depois da morte de Oziel Gabriel a propriedade voltou a ser ocupada pelos índios da etnia terena.

Gilberto Carvalho demonstrou ontem a representantes de seis etnias indígenas a disposição do governo em manter diálogo permanente com os índios e evitar conflitos em processos de demarcação de terras pelo país. Durante a reunião, de cerca de três horas, ele ouviu diversas queixas. Ao término do encontro, Carvalho fez um alerta: segundo ele, muito do que for dito não correspondia à realidade. “Queremos a verdade”, disse, em referência a acusações dos índios, de omissão do governo federal.

Entre as principais reivindica-

ções indígenas, estão a paralisação imediata das obras em andamento e planejadas para a região amazônica e a realização de consulta prévia às aldeias antes que qualquer processo de licenciamento seja iniciado. O ministro lamentou as mortes recentes ocorridas em conflitos entre agentes do governo e indígenas e disse que o governo defende que as comunidades tenham meios próprios para se sustentar, sem depender da venda de madeira ou garimpo ilegal.

Antes da reunião, o ministro informou que a presidente Dilma Rousseff determinou a elaboração de um programa voltado para as comunidades indígenas que lhes garanta sustentação econômica. “Seriam pequenas iniciativas econômicas”, afirmou

Gilberto Carvalho.

Sobre o canteiro da usina de Belo Monte, palco recente de ocupação indígena, o ministro informou ter tido uma conversa “em uma reunião dura” com o consórcio para exigir o cumprimento das condicionantes do empreendimento. O secretário-geral da Presidência da República disse, porém, que não poderia mentir para os indígenas, anunciando que o governo pode parar a construção da Usina de Belo Monte. “Não tem como parar.”

O ministro classificou o acordo feito entre governo e indígenas para a desocupação do canteiro e retomada das obras como “uma referência”, defendendo “ponderações” no cumprimento das decisões judiciais envolven-

do conflitos. Carvalho disse também ser essa uma determinação da presidente Dilma Rousseff: que sejam proporcionadas “condições de acalmar a situação em todo o país”.

O ministro defendeu a posição do governo, externada pela ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann. Ela defende que outros órgãos do governo, e não apenas a Funai, sejam consultados em processos de demarcação de terras indígenas. Segundo Carvalho, as consultas feitas a outros órgãos servirão justamente para “fortalecer” os pareceres técnicos da Funai. “Nós queremos é fortalecer a Funai”, disse o ministro. “Não há nenhum interesse do governo em enfraquecer a Funai”, enfatizou.

# Lei é omissa sobre uso de recursos em terra indígena

André Borges  
De Brasília

A dificuldade do governo de chegar a um entendimento com grupos indígenas passa diretamente pela necessidade de regulamentar o artigo 231 da Constituição, que trata do aproveitamento dos recursos hídricos do país, incluindo os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas. Esse artigo libera a exploração de terras desde que sejam “ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados”. Acontece que, passados 24 anos da Constituição, o artigo ainda não foi transformado em lei.

O governo argumenta que o assunto tem sido estudado por um grupo de trabalho, mas o fato é que o assunto não tem avançado. Atualmente, existem 688 terras indígenas no país, cobrindo uma extensão de 106,7 milhões de hectares, o que equivale a 12,5% do território nacional.

Empresários interessados em implantar projetos de geração de energia e obras de infraestrutura defendem a implantação de um regime já utilizado em países como o Canadá, onde o índio recebe um royalty para liberar a construção de empreendimentos que atinjam a área de terras demarcadas. A proposta também agrada o governo. No fim do ano passado, a

ministra do Planejamento, Miriam Belchior, afirmou que o governo trabalhava na conclusão de uma proposta para o pagamento de royalties aos índios. A iniciativa, porém, não teve desdobramentos.

O fato é que a situação de conflitos com os índios chegou a tal ponto que as lideranças das principais mobilizações em andamento no país se negam a receber qualquer repasse financeiro para autorizar empreendimentos. A insistência, pelo menos quanto à construção de hidrelétricas, é para que o governo abandone os projetos.

Como as medidas estruturais não caminharam, o governo anunciou, no mês passado, que vai mudar o processo de demarcação de terras, retirando a exclusividade da Funai nas decisões e incluindo Embrapa, Inkra e Ministério do Meio Ambiente. Essa mudança intensificou protestos indígenas em várias regiões do país.

Ontem, o Ministério Público Federal (MPF) criticou a lentidão do governo em definir um cronograma de ações e afirmou que considera a demarcação de terras um problema político. Para o procurador da República Emerson Kalif Siqueira, “falta vontade política para solucionar a questão indígena”. Segundo ele, muitas são as alternativas para minimizar os efeitos do conflito fundiário no Mato Grosso do Sul, inclusive reparação por titulação errônea de terras, mas a

## Demarcações

25 processos de demarcação pelo país têm estudos em fase avançada

### Processos em trâmite na Funai

| Terra indígena         | Município/Estado                           |
|------------------------|--|
| 1 Acapuri de Cima      | Fonte Boa (AM)                             |
| 2 Arara do Rio Amônia  | Marechal Taumaturgo (AC)                   |
| 3 Arary                | Borba e Novo Aripuanã (AM)                 |
| 4 Banawá               | Canutama, Lábrea e Tapauá (AM)             |
| 5 Boa Vista            | Laranjeiras do Sul (PR)                    |
| 6 Kariri-Xokó          | Porto Real do Colégio e São Brás (AL)      |
| 7 Manoki               | Brasnorte (MT)                             |
| 8 Pequizal do Naruvóto | Canarama e Gaúcha do Norte (MT)            |
| 9 Pitaguary            | Maracanaú e Pacatuba (CE)                  |
| 10 Ribeirão Silveira   | Bertioga, Salesópolis e São Sebastião (SP) |
| 11 Rio Gregório        | Tarauacá (AC)                              |
| 12 Setemã              | Borba e Novo Aripuanã (AM)                 |
| 13 Uirapuru            | Campos do Julho e Nova Lacerda (MT)        |
| 14 Yvy-Katu            | Brasnorte (MS)                             |

### Processos que aguardam homologação no Ministério da Justiça

| Terra indígena                   | Município/Estado                     |
|----------------------------------|--------------------------------------|
| 1 Arara da Volta Grande do Xingu | Senador José Porfírio (PA)           |
| 2 Cachoeira Seca                 | Altamira, Placas e Uruará (PA)       |
| 3 Cacique Fontoura               | Luciara e São Félix do Araguaia (MT) |
| 4 Morro dos Cavalos              | Palhoça (SC)                         |
| 5 Kayabi                         | Apiacás (MT) e Jacareacanga (PA)     |
| 6 Potiguara de Monte-Mor         | Marcação e Rio Tinto (PB)            |
| 7 Rios dos Índios                | Vicente Dutra (RS)                   |
| 8 Tabocal                        | Careiro (AM)                         |
| 9 Toldo Imbu                     | Aberlardo Luz (SC)                   |

Fonte: Funai/Lei de acesso à informação

omissão da União em enfrentar a temática só tem agravado a tensão no campo. O MPF destacou ainda “o despreparo da polícia” em enfrentar conflitos fundiários.

Hoje está em andamento dentro da Funai o processo de homologação de 14 terras indígenas (ver quadro). Outros nove processos já foram encaminhados ao Ministé-

rio da Justiça e aguardam a assinatura do ministro José Eduardo Cardozo para o decreto homologatório. A maioria está na fila há mais de uma década. Na lista de demar-

cações atrasadas estão casos como o de Cachoeira Seca, do grupo indígena Arara, que cobra demarcação há 14 anos na região de Altamira, Placas e Uruará, no Pará.

# Governo inicia concessão de florestas para extração de madeira

André Borges  
De Brasília

Os alvos de concessão do governo, que até agora estavam concentrados na área de infraestrutura logística do país, começam a se espalhar por setores menos afeitos à atuação direta do setor privado. A tendência agora é conceder partes da floresta amazônica para exploração de madeira. O governo assinou hoje contrato de concessão por 40 anos que permitirá a extração de árvores de uma unidade de conservação de 87 mil hectares na área da Floresta Nacional (Flona) de Jacundá, em Rondônia. A área será privatizada em favor da companhia Madeflona, que poderá fazer o chamado “manejo sustentável” da unidade de conservação.

A licitação, realizada pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, se baseia no modelo de técnica e preço. O governo estabeleceu uma série de critérios de qua-

lificação da empresa e de exploração da floresta, além de um preço mínimo que a empresa pagará à União pela extração de cada metro cúbico de madeira extraída. Em Jacundá, o valor foi de R\$ 56 por metro cúbico. Pelas regras, o concessionário opera três meses e paga no fim do quadrimestre.

Quatro empresas chegaram a participar da licitação, mas apenas a Madeflona, que é da região de Rondônia, chegou até a etapa final do processo e venceu a disputa sem apresentar ágio sobre o preço mínimo da proposta.

O manejo sustentável, afirma Marcus Vinícius Alves, diretor de concessões e monitoramento do SFB, possui uma série de exigências que garantem a exploração comercial da floresta, sem comprometer a manutenção da natureza e as características da região. De cada hectare de mata, por exemplo, a empresa só pode retirar, no máximo, seis árvores, as quais não podem ter menos de 50 centímetros

de diâmetro. Uma vez manejada, a empresa só pode voltar a explorar a área depois de 30 anos.

O contrato, no entanto, não define que tipo de madeira pode ser retirada. Essa decisão fica a critério da empresa, conforme seus interesses comerciais. O preço do metro cúbico é o mesmo para qualquer espécie de árvore. O acordo também não prevê exigência de replantio dessas árvores. “O prazo de 30 anos é o tempo necessário para que a floresta cresça e se refaça naturalmente. Essa forma de manejo em floresta tropical passa por uma fiscalização rigorosa e permite uma exploração bastante reduzida”, diz Alves.

A concessão também exige que a empresa, ao derrubar uma árvore e fazer o pagamento ao governo por aquela extração, dê andamento à industrialização daquela matéria-prima, ou seja, ela fica impedida de simplesmente revender as toras. É preciso transformá-las em produtos finais como, por exem-

plo, móveis e utensílios domésticos. “O governo quer que essas áreas sejam manejadas para gerar benefícios nas áreas econômica e social. O concessionário tem que agregar valor ao produto, assim se estabelece uma cadeia social”, afirma Alves. “Manejo florestal não é derrubada indiscriminada de árvores. A melhor forma de manter uma floresta de pé é manejá-la, quando se trata daquelas que têm características de suprir o desenvolvimento e de se renovar.”

Com a assinatura do contrato de Jacundá, as áreas sob concessão florestal federal passam a somar cerca de 230 mil hectares, o equivalente a 1,5 vez o tamanho do município de São Paulo. Esse processo, iniciado em 2008, tende a se intensificar nos próximos meses. Na última sexta-feira, o governo lançou edital que poderá triplicar as áreas concedidas até o fim deste ano. A licitação prevê a oferta de 440 mil hectares na Floresta Nacional do Crepori,

no Pará, que deverá ser a maior área já licitada no país.

Paralelamente, um convênio firmado pelo Serviço Florestal com o BNDES e o International Finance Corporation (IFC, braço financeiro para o setor privado do Banco Mundial), pretende desenvolver “um novo modelo de concessão” para as Florestas Nacionais de Itaituba I e II, também no Pará.

O governo defende a tese de que o manejo sustentável é uma alternativa econômica para as áreas de conservação e que respeita a capacidade de regeneração natural da floresta, além de ser um instrumento de combate à extração ilegal de madeira, prática que hoje contamina cerca de 40% das árvores que tombam na Amazônia.

Segundo o Instituto Chico Mendes (ICMBio), órgão federal responsável pela gestão das florestas protegidas, há hoje 312 unidades de conservação no país: 139 de proteção integral e 173 de uso sustentável. Essa ri-

queza natural envolve praticamente 10% de todo o território nacional, somando 75,1 milhões de hectares.

As florestas de proteção integral, como o próprio nome diz, são aquelas que exigem máximo rigor de fiscalização e controle, sem interferência humana. Já nas unidades de conservação de uso sustentável, a proposta é conciliar a conservação da natureza com o uso de parte de seus recursos, sem prejuízo para as riquezas naturais.

Em 2012, o governo alterou os limites de sete unidades de conservação da Amazônia e retirou delas áreas que serão alagadas por reservatórios de usinas hidrelétricas planejadas para a região. Foram reduzidos o Parna da Amazônia, Parna dos Campos Amazônicos, Parna Mapinguari, Flona de Itaituba I, Flona de Itaituba II, Flona do Crepori e Área de Proteção do Tapajós. Ao todo, a redução somou cerca de 1.500 quilômetros quadrados de áreas de preservação.

# Minas lidera desmatamento da Mata Atlântica

Agência Brasil, de São Paulo

O desmatamento na Mata Atlântica aumentou 29% de 2011 para 2012. Foram 23.548 hectares de vegetação nativa perdida, o equivalente a 235 quilômetros quadrados, a maior área atingida desde 2008. As informações foram divulgadas ontem no lançamento do Atlas dos Remanescentes Florestais da Fundação SOS Mata Atlântica e do Instituto Na-

cional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Do total desmatado, 21,9 mil hectares correspondem a desflorestamentos e o restante, à eliminação de vegetação de restinga e vegetação de mangue.

O atlas avaliou os 17 Estados que ainda têm faixas de Mata Atlântica, sendo 81% de áreas sem cobertura de nuvens. O levantamento abrange, pela primeira vez, o estado do Piauí, cujos remanescentes florestais to-

talizam 34% da área original protegida pela Lei da Mata Atlântica.

Com a inclusão do Piauí no mapeamento da área de aplicação da lei, a área original restante de Mata Atlântica é 8,5%, informou a SOS Mata Atlântica. Sem o Piauí ficaria em 7,9%. Quando considerados pequenos fragmentos de mata espalhados por todo o país o bioma chega a 12,5%.

Minas Gerais foi, pela quarta vez, o Estado que mais desmatou,

sendo o responsável por metade do desmatamento em 2012.. Foram perdidos em Minas 10,7 mil hectares, o correspondente a 70% do desmate total verificado no atlas, levando em conta a comparação com o ano anterior.

Em segundo lugar vem a Bahia, com perda de 4,5 mil hectares e o Piauí que, mesmo monitorado pela primeira vez, assumiu o terceiro lugar da lista, com 2,6 mil hectares desmatados.

**Valor**  
análise setorial

Levantamentos setoriais completos, de uma forma que só o Valor Econômico sabe fazer.

Saiba mais, adquira:  
<http://setorial.valor.com.br>

Valor  
análise econômica  
notícias que geram negócios.